

De novo as eleições, de novo em quem votar

Novamente estamos às vésperas das eleições presidenciais.

Novamente se coloca a pergunta. Em quem os católicos devem votar?

Para nós católicos, como sempre, a única certeza de que temos é que não há quem escolher.

Esta dificuldade de escolha não é uma dificuldade exclusiva dos católicos, e também não se aplica somente a escolha do presidente, pois a dúvida mais comum, na população em geral, é de quem seja o “menos pior”. O lema do ano é “vote em X. Pior do que está não fica”. Caso X consiga convencer o eleitor de que não vai piorar a sua situação ele certamente será eleito. Parece que este é o máximo que pode se esperar de um candidato, que ele não consiga piorar nossa situação.

Entretanto, para nos católicos, analisando, sobretudo, os candidatos a presidência da república temos certeza que tudo vai piorar e... muito!

O sistema partidário brasileiro parece perfeito para escolher candidatos que não atendam, ou melhor, prejudiquem os interesses dos católicos, apesar de continuarmos sendo a maioria do povo brasileiro. Talvez os partidos brasileiros não estejam interessados em atender os interesses da maioria.

Dentre os assuntos que mais preocupam àqueles que têm um mínimo de prática da religião católica está a questão do aborto. Nenhum dos candidatos que têm possibilidades, ainda que remotas, de assumir a presidência, querem tratar abertamente do tema e todos o evitam o quanto possível.

Temem eles, por medo do eleitorado católico, de apresentar propostas que se mostrem favoráveis a ampliação do aborto, mas, sabe-se lá por medo de quem, também se recusam a condenar essa prática. Assim usam expressões ambíguas e uma linguagem dupla para expressar suas idéias. Para os católicos não restam dúvidas, seja qual for o eleito teremos a frente uma nova batalha contra a ampliação legal da prática do aborto.

Mas existem muitos outros termos importantes para os católicos, e para os quais, o consenso entre os presidenciáveis é contrário ao que é expresso na doutrina da Igreja. As plataformas apresentadas poderiam ser chamadas de anti-catecismo. Veja-se, por exemplo, a questão do divórcio, qual dos candidatos pretende propor alguma restrição àquilo que se chamou de divórcio expresso? Alguém poderia imaginar algum deles enviando ao Congresso uma lei determinando o fim do divórcio? E por que não propor o fim do divórcio? Não somos um país de maioria católica?

Também a questão do direito de propriedade, tão desprezado pelos socialistas que dominam atualmente nossa política, é fundamental para os católicos, pois esse direito foi diversas vezes defendido pelos Papas em documentos do Magistério da Igreja. É verdade que, neste caso, os católicos não têm qualquer apoio da CNBB, mas, para os católicos, não contar com o apoio da CNBB está se tornando cada vez mais comum. Também o Papa tem pouco apoio da CNBB, quando se trata de defender a doutrina tradicional da Igreja.

Veja-se, por exemplo, o que aconteceu no recente debate promovido pela CNBB. Um candidato socialista defendeu o fim do ensino privado. Ou seja, a Igreja perderia todas as suas escolas. Resultado: foi aplaudido!

E a questão da homofobia? E a defesa do igualitarismo tão contrária aos ensinamentos da igreja? E a liberdade de imprensa tão perniciosa contra a verdade? E o dever do Estado de proteger a Igreja? Tudo isto passa longe de qualquer candidato.

Os candidatos ao cargo máximo no executivo sabem que não podem se apresentar como contrários à Igreja. Desde que o ex-presidente Fernando Henrique perdeu as eleições na prefeitura de São Paulo, para o já então ultrapassado Jânio Quadros, por ter se declarado ateu, todos os candidatos a cargos importantes publicamente demonstram seu amor à religião. O próprio Fernando Henrique, repentinamente, foi tomado de um sentimento religioso e visitou o Papa João Paulo II juntamente com toda a família, alguém diria até com uma postura de católico tradicionalista. Conta-se mesmo que se apresentou como Chefe de Estado católico.

Quanto à Dilma, foi mais modesta, bastou ir até uma missa do padre Marcelo Rossi e participar de uma leitura. Em vista do resultado do IBOPE a devoção dela, por enquanto, é suficiente.

Por essa razão, a esquerda brasileira, que nos dias de hoje domina a política, procura esconder suas origens marxistas. Assim, Marx e o marxismo são os grandes presentes e ausentes nesta eleição. Presentes porque esta ideologia inspira os principais candidatos, ausente porque ninguém tem coragem de confessar abertamente esta inspiração, pois, se um candidato se declarasse marxista, ainda que liderasse as pesquisas, teria o mesmo fim de Fernando Henrique nas eleições em São Paulo.

A ausência explícita de Marx e do marxismo faz-me lembrar de um debate promovido pela TV UNIFESP, sobre a pena de morte. A idéia era gravar um programa que iria ao “ar” alguns dias depois. Deste debate participaram alguns estudantes, Hélio Bicudo, então candidato a vice-prefeito na chapa de Marta, e o Professor Orlando. Evidentemente o debate ficou centrado entre o Professor Orlando e Hélio Bicudo. Durante o debate o professor Orlando afirmou que o PT defendia Marx, Hélio Bicudo prontamente negou. No dia seguinte foi à TV UNIFESP e solicitou que o programa não fosse ao ar, como candidato, disse ele, consultou o partido e lhe informaram que ele seria prejudicado com a divulgação do programa.

Essa mistura entre simulação e oposição à doutrina da Igreja, presente em todos os candidatos, leva aos católicos a dúvida e a perplexidade. Surge, então, o eterno problema, em quem votar?

Vamos supor que estivéssemos no Império Romano com um sistema eleitoral semelhante ao nosso. É possível imaginar que se apresentassem ao cargo de imperador três candidatos, Calígula, Claudio e Nero. Em quem votaríamos?

Certamente, haveria argumentos favoráveis para cada um deles. Calígula possivelmente seria apresentado como um Imperador comprometido com as causas ambientais, voltado ao direito dos animais, sabe-se que ele nomeou seu cavalo como senador. Ele seria verde e ecológico. Claudio ressaltaria sua experiência, pois tivera muitas funções no palácio. O eleitorado talvez até acreditasse que ele seria um moderado, que poderia unir todas as correntes do império e ao mesmo tempo fosse um representante de alas conservadoras da sociedade. Por fim, Nero

ressaltaria suas realizações, a expansão do império, e que, graças a seu trabalho e ao aumento do recolhimento de impostos, os cidadãos romanos estariam vivendo melhor. Como amante da música seria o Imperador da cultura, e certamente no seu programa existiria a distribuição de um vale cultura para os cidadãos romanos.

É certo também que os três teriam muitos pontos em comum: criticariam o exagero e o golpismo da guarda pretoriana, dariam ênfase a que o comportamento na vida particular não deve ser comentado em público e não pode interferir na decisão do eleitor, e se declarariam ecumênicos, apresentando como modelo religioso o Pantheon, onde todas as religiões eram permitidas e todos os deuses eram adorados.

Alguém com muita imaginação poderia até supor um debate entre os três em algum Teatro Romano. Todos bem comportados, bem treinados, e o povo romano assustado, esperando o desfecho final.

E os católicos votariam em alguém?

O clero da época, muito santo, e, portanto, muito diferente do atual, não considerava que os problemas da sociedade romana tivessem suas origens em causas políticas, mas sim em questões morais. Praticar a lei de Deus, de forma completa, isto é o verdadeiro progresso de uma sociedade. Assim, pregavam eles a obediência aos mandamentos que Cristo tinha ensinado.

Os católicos sem terem um representante palaciano passaram pelo governo desses três imperadores romanos. Enquanto o Império Romano era corroído pela imoralidade, os católicos freqüentavam a missa de sempre nas catacumbas e morriam na arena, simplesmente porque se recusavam a queimar um pouco de incenso para os ídolos. Os católicos daquele tempo não eram ecumênicos. Contam-se milhões de mortes.

Passaram-se muitos anos... O Império Romano desabou, o Pantheon foi transformado na Igreja de todos os santos, o santo Clero da época romana estava certo, a Igreja Católica triunfou... Os católicos não votaram nos imperadores.



São Paulo, 27 de setembro de 2010

Alberto Zucchi